



*BOLETIM
ECONÔMICO*
NUPE - UNIFOR

Vol. 1, N. 4, agosto/2020 #4



Universidade
de Fortaleza



NÚCLEO DE PESQUISAS ECONÔMICAS

BOLETIM ECONÔMICO **NUPE - UNIFOR**

Vol. 1, N. 4, agosto/2020 #4

Reitoria

Reitora Fátima Maria Fernandes Veras

Vice-reitoria de Graduação

Henrique Luis do Carmo e Sá

Profa. Danielle Coimbra

Diretora do Centro de Ciências da Comunicação e Gestão - CCG UNIFOR

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Prof. Allisson Martins

Coordenador Curso de Economia UNIFOR / Núcleo de Pesquisas Econômicas - UNIFOR

Prof. Francisco Alberto Oliveira

Curso de Economia UNIFOR / Coordenador do Núcleo de Pesquisas Econômicas - UNIFOR

Prof. Maurício Rodrigues

Curso de Economia UNIFOR / Professor

Prof. Nicolino Trompieri

Curso de Economia UNIFOR / Professor

Prof. Ricardo Eleutério

Curso de Economia UNIFOR / Professor

EDIÇÃO

Prof. Wagner Borges

Curso de Jornalismo UNIFOR

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Aldeci Tomaz

Curso de Jornalismo UNIFOR



APRESENTAÇÃO

A Universidade de Fortaleza - Unifor, na sua missão de “contribuir para o desenvolvimento humano por meio da formação de profissionais de excelência e da produção do conhecimento”, reconhecida entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, avança mais uma etapa, na seara de estudos econômicos, ao estruturar documento econômico fundamentado em bases científicas sólidas e robustas.

O Núcleo de Pesquisas Econômicas – Nupe, vinculado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, tem a satisfação de apresentar à sociedade cearense mais um número do Boletim Econômico, publicação que analisa o desempenho das economias, no mundo e brasileira, e em especial do Ceará. O Boletim Econômico Nupe é elaborado pelos alunos da disciplina Técnicas em Pesquisas Econômicas, com a orientação e supervisão dos professores do Núcleo de Pesquisas Econômicas – Nupe. Nosso boletim oferece à sociedade cearense, por meio de uma linguagem simples e acessível, informações que contribuem para um maior entendimento da situação presente e das perspectivas da economia para os próximos anos, e, dessa forma, colabora para a formação de uma sociedade reflexiva e de senso crítico, capaz de promover as transformações econômicas e sociais necessárias para a tão almejada arrancada do processo de desenvolvimento econômico do nosso País.

Nesta 4ª. edição, na secção “opinião”, o Economista Célio Fernando B Melo, Mestre em Negócios Internacionais pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR; Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Lisboa; e Presidente da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de capitais - APIMEC-NE, brinda os leitores com um interessante e atual artigo denominado: O Papel do Mercado de Capitais no Desenvolvimento Sustentável. Além disso, o Boletim traz análises do panorama econômico internacional; mercado de trabalho; do comércio exterior do Brasil, Ceará e Nordeste; e, como destaque especial, o resultado das atividades econômicas setoriais do segundo trimestre de 2020 para o Brasil, Ceará e estados selecionados do Nordeste.

Boa Leitura!

OPINIÃO: O PAPEL DO MERCADO DE CAPITAIS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Célio Fernando B Melo

Em 1992, na Rio-92 ou ECO-92, o Brasil era sede da Conferência das Nações sobre as Mudanças do Clima. Nasceram as convenções do Clima e da Biodiversidade Biológica. A primeira COP-Convenção das Partes, os signatários, a COP-1 foi em Berlim no ano de 95. Ao longo do tempo muitas cimeiras ganharam maior ênfase pelos resultados, como a COP-3, no celebre protocolo de Kyoto, até os dias de hoje e recentemente o Acordo de Paris de 2015, COP-21, visando substituir o Protocolo de Kyoto.

As discussões de uma cimeira dessa natureza, nem sempre são flores. A COP-25 de Madrid tornou-se a mais extensa e improdutivo das COP's. Países desenvolvidos e emergentes não chegaram ao acordo sobre a emissão de carbono e com a COVID-19 a COP-26 está sendo pensada para 2021.

O importante na breve história foi a conexão da Pandemia sobre os Riscos Globais e o fluxo dos Investimentos no mundo. Adensou-se a responsabilidade Corporativa, não cabendo as discussões sobre os temas Ambientais, Sociais e de Governança, base para a sustentabilidade econômica, somente para a Conferência das Nações Unidas.

O Acordo de Paris ratifica a cooperação entre as Nações para o desenvolvimento das Energias Renováveis. O Brasil com suas vantagens comparativas, abundante de recursos naturais, e para a nova ordem mundial de menor emissão de dióxido de carbono, principalmente, os fósseis, se credencia com a inovação e tecnologia a ter vantagens competitivas sustentáveis com protagonismo no cenário mundial. O Nordeste Brasileiro e, em especial, o Ceará possui um dos melhores sites para esse desenvolvimento.

Participar dos 17 ODS-Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, quadro I, também homologados em 2015, passou a estabelecer prioridades claras às nações independentes dos governos, sem a perda da liberdade, estabelecendo um conceito ético de convivência entre os Países. Essa agenda, chancelada por 150 países, assinada na sede da ONU, em NY, procura oferecer diretrizes e ações para o desenvolvimento sustentável.

As empresas também passaram a intensificar suas ações no tema *ESG-Environmental, Social e Governance*, todos embasando a sustentabilidade econômica. O primeiro Índice de avaliação de Empresas sustentáveis surgiu em 1999, na Bolsa de Nova York, o *Dow Jones Sustainability World Index-DJSI*. O objetivo é selecionar uma carteira com perfil de longo prazo, com criação de valor a partir da valorização das questões ambientais, sociais e de governança. A sustentabilidade econômica estaria associada a esses fatores, definido retornos e riscos adequados.

A referência internacional pelo DJSI oferece pistas sobre a evolução das carteiras teóricas dos índices de sustentabilidade vis-à-vis retorno e risco para se ter uma proxy da recompensa-variabilidade de Sharpe (1964), enfatizando o tema *ESG Sustainability*. O Mercado de Capitais pode atrair Investimentos sobre uma nova Ordem.

Os prêmios oferecidos pela boa governança e a observação dos aspectos socioambientais, no longo prazo, caracterizado por um horizonte de 10 anos, se mostraram aparentemente superiores nas carteiras que atenderam os aspectos de sustentabilidade.

O Brasil com suas vantagens comparativas, abundante de recursos naturais, e para a nova ordem mundial de menor emissão de dióxido de carbono, principalmente, os fósseis, se credencia com a inovação e tecnologia a ter vantagens competitivas sustentáveis com protagonismo no cenário mundial.

Tabela I - Índices de Sustentabilidade vs Índices do Mercado

Índices Dow Jones Índices de Sustentabilidade	Return		Annualized Risk-Adj Return		Proxy Recompensa-Variabilidade	
	10Y	5Y	10Y	5y	10Y	5Y
Sustainability world index	6,23%	6,89%	0,41%	0,41%	15,20	16,80
Sustainability North America Diversified Select index	10,64%	8,84%	0,76%	0,53%	14,00	16,68
Sustainability Emerging Markets Diversified Select index	-1,58%	-3,02%	-0,08%	0,09%	19,75	33,56
Sustainability Asia/Pacific index	2,03%	1,10%	0,09%	-0,05%	22,56	22,00
Sustainability Europe index	3,94%	-0,19%	N/A	-0,08%	N/A	2,38
Sustainability Nordic index	5,44%	2,12%	0,36%	0,04%	15,11	53,00
Sustainability Korea index	4,89%	4,41%	0,04%	0,13%	122,25	33,92
Índice de Mercado						
Industrial index	10,31%	9,67%	0,74%	0,55%	13,93	17,58

Fonte: S&P DJ, Elaboração Própria.
Nota: Os dados coletados tem data final em 18/08/2020.

Os retornos e riscos da carteira de um Índice Norte Americano de Sustentabilidade apresentaram resultados e recompensas a variabilidade próximos da carteira Industrial DJ. A maior recompensa-variabilidade é indicada no Índice da Korea de Sustentabilidade, talvez o tigre asiático se mostre com maior equilíbrio em seu desenvolvimento e possa ser considerado um benchmarking para as economias emergentes. Em todas as regiões do mundo representadas pelos indicadores de sustentabilidade, retornos em relação ao risco em 10(dez) anos se mostraram com prêmios positivos na avaliação da proxy recompensa-variabilidade.

A direção dos investidores internacionais para carteiras de investimentos com base na sustentabilidade parece uma tendência construída há décadas e sem volta.

O pequeno ensaio não é categórico na afirmação, mas oferece pistas importantes para os novos investidores de Renda Variável no Brasil. A formação das carteiras sustentáveis tem um apelo de longo prazo e são aderentes a formação de poupança para os investidores pessoa física que buscam uma proteção na vida pós-laboral, constituindo sua previdência.

A tabela formulada pela OCDE abaixo exemplifica a atenção em alguns pontos:

Tabela II - Exemplos de problemas de ESG e o seu efeito no valor da empresa Ambiental, Social e de Governança

Ambiental	Social	Governança
<p>Questão: Alterações climáticas e emissões de carbono</p> <p>Risco de avaliação: futura regulamentação e tributação</p>	<p>Questão: Relações comunitárias</p> <p>Risco de avaliação: falha na antecipação das tendências sociais, por exemplo, empresa alimentar não inova em linha com as preocupações com a obesidade</p>	<p>Questão: Pagamento executivo</p> <p>Risco de avaliação: estrutura de recompensa inadequada leva a más decisões a longo prazo</p>
<p>Questão: Risco de avaliação da poluição atmosférica e hídrica</p> <p>Risco de avaliação: multas</p>	<p>Questão: Normas laborais</p> <p>Risco de avaliação: Danos reputacionais</p>	<p>Questão: Divulgação</p> <p>Risco de avaliação: risco de litígio se não revelar riscos conhecidos do ESG</p>
<p>Questão: Risco de avaliação da gestão de resíduos</p> <p>Risco de avaliação: Custo de produção</p>	<p>Questão: Risco de avaliação do recorde de saúde e segurança</p> <p>Risco de avaliação: Acidente grave ou produção interrompida</p>	<p>Questão: estratégia fiscal</p> <p>Risco de avaliação: impostos recuperados, opinião pública leva a boicote</p>

Fonte: OCDE e CFA(2015b), Elaboração Própria

O Brasil está trazendo, com as taxas de juros mais baixas de sua história econômica, um contingente de quase 3(três) milhões de investidores pessoas físicas para um mercado que requer um aprofundamento na análise e seleção de suas carteiras. O investimento em empresas que buscam a responsabilidade corporativa com o olhar ético e moral para as ações nas dimensões Ambientais, Sociais e de Governança poderão produzir no longo prazo a sustentabilidade econômica e os retornos desejáveis. A B3, desde 2005, possui muitos índices com o Tema ESG, os principais: IGC NM-Índice de Governança Corporativa no Novo Mercado, ISE-Índice de Sustentabilidade Empresarial, ICO2-Índice Carbono Eficiente, podendo inclusive, os dois últimos, ser negociados por ETF-Exchange Traded Fund (fundos negociados em Bolsa).

Referências:

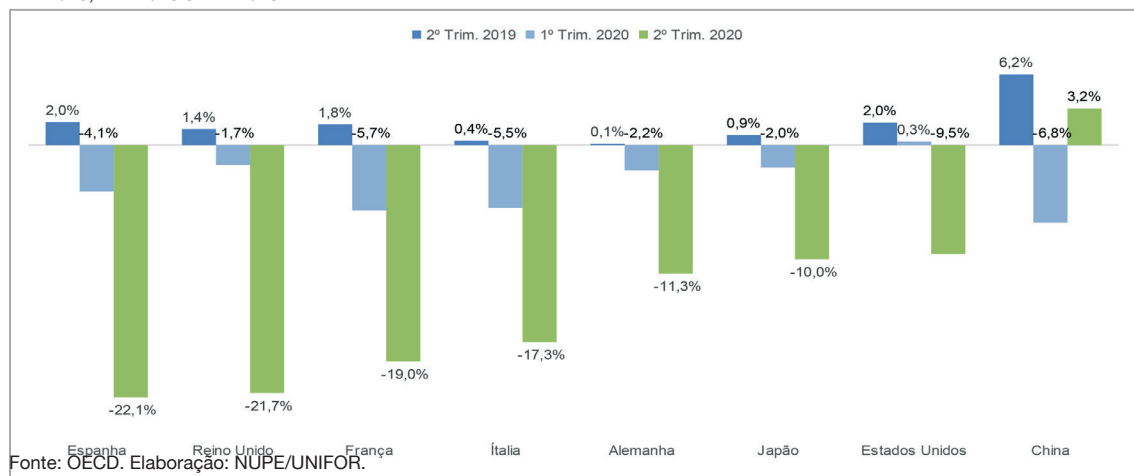
1. Timelines COPs. Instituto SócioAmbiental. Disponível em: <<https://widgets.socioambiental.org/widgets/timeline/535#0>>. Acessado em 23 de agosto de 2020.
2. 17 objetivos para transformar o mundo. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acessado em 23 de agosto de 2020.
3. Dow Jones Sustainability World Index. S&P Dow Jones Indices. Disponível em: <<https://www.spglobal.com/spdji/en/indices/equity/dow-jones-sustainability-world-index/#overview>>. Acessado em 19 de agosto de 2020.

PANORAMA INTERNACIONAL

O primeiro semestre de 2020 apresenta dados consolidados em que é possível observar os efeitos da pandemia do coronavírus nas principais economias mundiais. O início da retomada traz à tona incertezas e os impactos gerados no período de isolamento social nas principais economias globais e que são nítidos ao analisar as taxas de crescimento dos PIB's do segundo trimestre do ano. O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou, em junho deste ano, as projeções do PIB mundial para -4,9% em 2020, 1,9 pontos percentuais menor que a projeção feita em abril. Ademais, as tensões entre China e Estados Unidos joga mais incerteza nas expectativas de estabilidade global, o que só aumenta a medida em que se aproxima a eleição presidencial americana.

O Gráfico 1 apresenta as taxas de crescimento dos PIB's do segundo trimestre de 2020, em comparação com o mesmo período do ano anterior. No Gráfico, é possível verificar o agravamento da situação econômica desses no momento do auge da pandemia. A Espanha apresentou o resultado negativo mais expressivo para o período em análise, registrando uma queda de 22,1%. O restante das economias europeias também apresentou quedas expressivas em seus respectivos PIB's no segundo trimestre do ano. O Reino Unido registrou queda de 21,7%, seguido da França (-19,0%), Itália (-17,3%) e Alemanha (-11,3%). Os Estados Unidos, maior economia mundial, sofreu grande impacto, registrando declínio de 9,5%. A economia do Japão apresentou queda de 10% no período, enquanto a China, segunda maior economia mundial, foi o único do grupo a apresentar uma taxa de crescimento positiva de 3,2%.

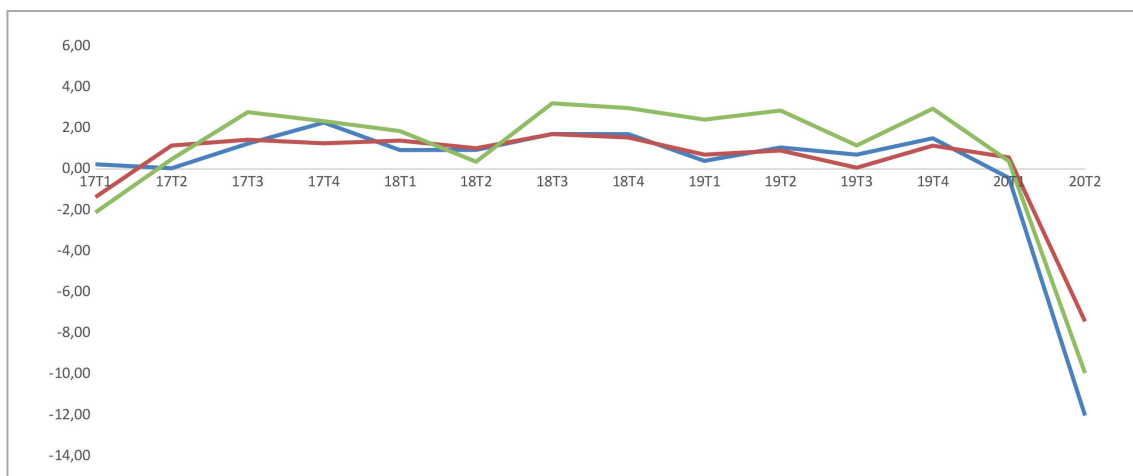
Gráfico 1 – Crescimento trimestral (%) do Produto Interno Bruto (PIB) – trimestre contra mesmo do ano anterior – Países selecionados – 2ºTrim/19; 1ºTrim/20 e 2ºTrim/20.



A ATIVIDADE ECONÔMICA NO BRASIL, NORDESTE E CEARÁ

De acordo com o índice de Atividade Econômica (IBC) do Banco Central do Brasil (BCB) (Gráfico 2), o Brasil, Nordeste e Ceará, vinham apresentando crescimentos na atividade econômica desde o segundo trimestre de 2017, dentro de um processo de recuperação econômica após o período acentuado da crise macroeconômica nos anos 2015 e 2016, o qual foi interrompido pelos efeitos negativos da pandemia da Covid-19. Dado que as medidas de isolamento social para o combate da pandemia, que causaram a interrupção de várias atividades produtivas, ocorreram já no final do primeiro trimestre de 2020, o forte impacto negativo ocorreu no segundo trimestre de 2020, que quando comparado ao mesmo trimestre de 2019, o Brasil registrou uma forte retração de 12%, seguidos pelos declínios verificados no Nordeste (-9,96%) e no Ceará (-7,43%).

Gráfico 2 – Crescimento trimestral (%) do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC) – trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior – Brasil, Nordeste e Ceará – 1º Trim/17 a 2º Trim/2020.



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB). Elaboração: NUPE/UNIFOR.

O setor agrícola

Conforme as estimativas do Conab em junho de 2020, a produtividade nacional apresentou leve declínio (-0,1%). Contudo, espera-se que a produção total das culturas de soja, milho, arroz, feijão e algodão seja em torno de 251 milhões de toneladas na safra 2019/20, representando elevação de 3,5% quando comparada com as safras de 2018/2019 para 2019/2020 (Tabela 1). Já nos dados da área produtiva, o Brasil apresentou elevação de 3,6% na comparação entre as estimativas da safra 19/20 frente a safra de 19/20.

Para a região nordeste é estimada uma produção de 21,6 milhões de toneladas para a safra 2019/20, crescimento de 11,9% na comparação com a safra de 18/19. A produtividade na região tem elevação nas estimativas de 9,9%, ficando acima da média nacional registrada. Contudo, a variação na área produtiva foi de 1,8%, abaixo da média nacional. A estimativa da produção total do Ceará é de 616,7 mil toneladas para a safra de 2019/20, aumento de 19,1% na comparação com a safra de 2018/19. A produtividade (+13,1) e a área produtiva (+5,3%) ficaram bem acima tanto da média nacional, quanto da região nordestina.

Tabela 1 – Comparativo de área, produtividade e produção de grãos – produtos selecionados (*) – safras 2018/19 e 2019/20 (**) – Brasil e Estados selecionados.

REGIÃO/ UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 18/19	Safra 19/20	VAR. %	Safra 18/19	Safra 19/20	VAR. %	Safra 18/19	Safra 19/20	VAR. %
Ceará	872,6	919,0	5,3	593,4	671,1	13,1	517,8	616,7	19,1
Nordeste	8.013,7	8.156,8	1,8	2.415,2	2.655,5	9,9	19.354,8	21.660,0	11,9
Brasil	63.257,1	65.558,5	3,6	3.827,0	3.821,6	-0,1	242.056,4	250.536,5	3,5

Fonte: Conab. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota: (*) Produtos selecionados: Carvão de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, canola, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), gergelim, girassol, mamona, milho (1ª, 2ª e 3ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale
 (**) São estimativas geradas pelo Conab em junho de 2020.

O Setor da Indústria

A indústria de transformação do Brasil, como também da região Nordeste e do estado do Ceará obtiveram quedas de 11,9%, 9,1% e 22%, respectivamente nos primeiros seis meses de 2020, quando comparada com o mesmo período de 2019 (Tabela 2). O destaque dessa indústria no primeiro semestre de 2020 foi a atividade de fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis no qual apresentou a maior variação positiva em todos os domínios pesquisados, sendo em nível nacional com 3,7%, regional com 25,9% e estadual com 38,3%. Outra atividade que deve ser observada é a de veículos automotores, reboques e carrocerias que aponta maior variação negativa em nível nacional com 43,6% e regional com 52,7%, enquanto a atividade com pior desempenho no estado do Ceará é a de produtos têxteis com declínio de 49,7%. A indústria extrativa do país apresentou variação negativa de 2,8%, na região Nordeste registrou-se queda de 13,6%. A Indústria geral do Brasil apresentou queda de 10,9%, enquanto a região nordeste exibiu variação negativa de 9,5% e o estado do Ceará atingiu declínio de 22%.

Tabela 2 - Variação (%) do volume de produção física da indústria, por seções e atividades industriais – Acumulado no ano até junho de 2020 – Brasil, Nordeste e Ceará (*)

Atividades de Indústria	Brasil	Nordeste	Ceará
Indústrias de transformação	-11,9	-9,1	-22,0
Produtos alimentícios	3,7	7,5	7,8
Fabricação de bebidas	-11,9	-8,9	-9,2
Produtos do fumo	-11,9	-	-
Produtos têxteis	-22,0	-28,4	-49,7
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-36,6	-32,2	-46,7
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-33,7	-40,4	-46,8
Fabricação de produtos de madeira	-11,8	-	-
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,3	9,5	-
Impressão e reprodução de gravações	-31,5	-	-
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	3,7	25,9	38,3
Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	2,9	-	-
Fabricação de outros produtos químicos	-6,1	-11,8	-30,8
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2,0	-	-
Produtos de borracha e de material plástico	-12,7	-12,8	-
Produtos de minerais não-metálicos	-13,7	-9,8	-8,0
Metalurgia	-15,8	-24,0	-14,8
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-11,9	-16,3	-14,9
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-15,5	-	-
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-13,6	-27,0	-39,8
Máquinas e equipamentos	-16,7	-	-
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-43,6	-52,7	-
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	-36,1	-	-

Móveis	-19,0	-	-
Produtos diversos	-22,9	-	-
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	-15,3	-	-
Indústrias extrativas	-2,8	-13,6	-
Indústria geral	-10,9	-9,5	-22,0

Fonte: IBGE. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota: (*) Variação do acumulado de janeiro/2020 a junho/2020 em comparação com o acumulado para o mesmo período de 2019. (**) O IBGE não divulga as variações do volume de produção industrial para algumas atividades de determinados estados.

O Setor de Serviços

De acordo com os dados da Pesquisa Mensal dos Serviços do IBGE, no que concerne às atividades no Brasil, os serviços prestados às famílias nota-se um declínio de 35,2% referente ao acumulado de janeiro a junho de 2020, seguido por serviços profissionais, administrativos e complementares (-10,5%); transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-8,5%); e serviços de informação e comunicação (-2,6%). Em contrapartida, outros serviços cresceram 5,1%. Com isso, observa-se um expressivo declínio de 8,3% para o setor de Serviços nacional, conforme consta na Tabela 3.

No que tange as atividades Estaduais, todos os Estados analisados obtiveram um declínio em relação ao total de Serviços, sendo o mais impactado a Bahia (-16,5%), seguido por Ceará (-13,3%) e Pernambuco (-13,2%). Ademais, nota-se o crescimento em relação a outros Serviços para o Ceará (10%) sendo o único que apresentou destaque positivo. No entanto, o mais impactado foi o do Estado de Pernambuco (-44,2%) relacionado a serviços prestados as famílias. No que corresponde aos serviços de informação e comunicação, a Bahia sofreu um declínio de 9,3%, sendo assim o estado mais afetado. Referente a transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, o Ceará obteve um recuo de 18,9%, seguido pela Bahia (-15,6%) e Pernambuco (-8,7%).

Tabela 3 - Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades – Acumulado no ano até junho de 2020 – Brasil e Estados selecionados (*)

Atividades e Subatividades(2)	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
Serviços prestados às famílias	-35,2	-37,6	-44,2	-36,5
Serviços de alojamento e alimentação	-36,6	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	-27,8	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	-2,6	-1,5	-4,5	-9,3
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	-0,4	-	-	-
Telecomunicações	-3,9	-	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação	6,4	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	-18,1	-	-	-
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-10,5	-8,7	-8,8	-12,1
Serviços técnico-profissionais	-7,1	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	-11,7	-	-	-

Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-8,5	-18,9	-8,7	-15,6
Transporte terrestre	-13,4	-	-	-
Transporte aquaviário	13,7	-	-	-
Transporte aéreo	-35,2	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,9	-	-	-
Outros serviços	5,1	10,0	-12,9	-19,1
Total	-8,3	-13,3	-13,2	-16,5

Fonte: IBGE. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Notas: (*) Variação do acumulado de janeiro/2020 a junho/2020 em comparação com o acumulado para o mesmo período de 2019. (**) O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais, bem como não realiza esta pesquisa por região, em razão disto a região é representada pela análise dos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia.

A Atividade do Comércio

Por ser a atividade mais importante do Setor de Serviços, a atividade do Comércio é analisada separadamente por meio da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. De acordo com a PMC, o acumulado no ano do volume de vendas do comércio varejista nacional até o mês de junho de 2020, em comparação com o mesmo período do ano anterior, apresentou uma variação negativa de -3,1%. A maior queda do Comércio varejista entre os estados analisados foi apresentada no Ceará (-16,3%), seguidos de Bahia (-11,3%) e Pernambuco (-7,8%), conforme a Tabela 4.

Dos estados pesquisados, dentre os dez grupos de atividades analisados, o Ceará apresentou as piores variações negativas em: tecidos, vestuário e calçados (-48,3%) e móveis e eletrodomésticos (-39,1%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (-25,5%), enquanto o único grupo que apresentou crescimento foi Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+0,1%). O estado de Pernambuco apresentou as maiores quedas em tecidos, vestuário e calçados (-39,7) e livros, jornais, revistas e papelaria (+34,4%), em direção oposta, registraram acréscimos, os grupos: móveis e eletrodomésticos (+28,1%) e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+2,5%). Já o estado da Bahia registrou crescimento apenas no grupo Material de construção (0,7%), e os maiores declínios em Tecidos, vestuário e calçados (-47,5) e Livros, jornais, revistas e papelaria (-39,9%).

A variação no acumulado do volume de vendas do Comércio varejista ampliado, no Brasil, de janeiro a junho de 2020, foi uma queda de (-7,4%) em relação ao mesmo período de 2019. Entre os estados analisados, a maior queda foi apresentada no Ceará (-15,8%), seguidos de Bahia (-14,9%) e Pernambuco (-11,13%).

Tabela 4 - Variação (%) do volume de vendas do comércio, atividades e subatividades – Acumulado no ano até junho de 2020 – Brasil e Estados selecionados (*)

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
Comércio varejista	-3,1	-16,3	-7,8	-11,3
Combustíveis e lubrificantes	-12,4	-20,0	-9,3	-10,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,4	0,1	-0,9	-0,1
Hipermercados e supermercados	6,3	2,6	2,3	1,1
Tecidos, vestuário e calçados	-38,9	-48,3	-39,7	-47,5
Móveis e eletrodomésticos	-1,3	-39,1	28,1	-8,9

Móveis	-4,4	-39,5	-7,9	-10,4
Eletrrodomésticos	0,0	-38,4	42,3	-8,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	5,3	-7,3	2,5	-3,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	-28,7	-26,7	-34,4	-39,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-22,9	-17,3	-24,8	-27,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-10,6	-25,5	-21,6	-26,5
Comércio varejista ampliado	-7,4	-15,8	-11,3	-14,9
Veículos, motocicletas, partes e peças	-21,8	-16,4	-20,6	-30,3
Material de construção	-1,9	-10,2	-12,0	0,7

Fonte: IBGE. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota: (*) Variação do acumulado de janeiro/2020 a junho/2020 em comparação com o acumulado para o mesmo período de 2019. O IBGE não realiza esta pesquisa por região, em razão disto a região é representada pela análise dos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia.

O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL, NORDESTE E CEARÁ

De acordo com os dados sobre emprego segundo a pesquisa do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) pode-se verificar o impacto negativo causada pela pandemia da Covid-19 a partir de março de 2020, onde o mês de abril foi o mais impactado, dado que registrou as menores admissões, os maiores desligamentos e saldos negativos para Brasil (-918,3), Nordeste (-139,0) e Ceará (-33,3), apresentando a maior variação negativa do estoque de emprego do Brasil, em de abril de 2020, com relação ao mês de março de 2020, de -2,4%, e também as maiores reduções para o Nordeste (-2,2%) e Ceará (-2,9%) para a mesma base de comparação.

Já o mês de junho de 2020 sinaliza um processo de recuperação, mesmo que ainda continue apresentando saldos negativos, pois apresentou as maiores admissões para Brasil, Nordeste e Ceará desde abril de 2020. Também, mostrou os menores desligamentos desde janeiro de 2020. Por fim, o acumulado do saldo de janeiro de 2020 a junho de 2020 e a variação do acumulado do estoque de emprego para o mesmo período, mostram os efeitos negativos da Pandemia no primeiro semestre de 2020, para o Brasil (-1.198,4; -3,1%), Nordeste (-258,9; -4,1%) e Ceará (-41,6; -3,6%), respectivamente.

Tabela 5 - Evolução mensal de admissões, desligamentos e saldo - Brasil, Nordeste e Ceará - Série com ajustes (em milhares).

Período	Brasil				Nordeste				Ceará			
	Adm.	Deslig.	Sald.	*	Adm.	Deslig.	Sald.		Adm.	Deslig.	Sald.	
Janeiro/20	1.478,7	1.364,9	114,8	0,3%	183,5	187,6	-4,1	-0,1%	36,3	33,6	2,7	0,2%
Fevereiro/20	1.575,9	1.349,6	226,3	0,6%	187,1	183,9	3,2	0,1%	37,4	30,0	7,5	0,7%
Março/20	1.417,1	1.677,0	-259,9	-0,7%	169,3	233,2	-64,0	-1,0%	33,1	39,6	-6,4	-0,6%
Abril/20	628,2	1.546,5	-918,3	-2,4%	74,6	213,6	-139,0	-2,2%	12,7	46,1	-33,3	-2,9%
Mai/20	722,9	1.073,2	-350,3	-0,9%	88,3	141,6	-53,7	-0,9%	14,5	24,8	-10,2	-0,9%
Junho/20	895,5	906,4	-11,0	-0,0%	107,2	108,5	-1,3	-0,0%	18,7	20,4	-1,7	-0,2%
Acumulado	6.718,3	7.916,6	-1.198,4	-3,1%	809,9	1.068,8	-258,9	-4,1%	152,8	194,4	-41,6	-3,6%

Fonte: Novo Caged – SEPR/ME. Elaboração: NUPE/UNIFOR

* A variação mensal do emprego toma como referência o estoque de empregos do mês anterior, sem ajustes.

O COMÉRCIO EXTERIOR NO BRASIL, NORDESTE E CEARÁ

Quanto aos dados do comércio exterior divulgados pelo MDIC/SECEX, de acordo com a Tabela 6, no segundo trimestre de 2020, em comparação com o mesmo período do ano passado, o país registrou uma queda de 9,3% das exportações e uma retração na ordem de 14,8% das importações, e mesmo com estes resultados, o saldo da balança comercial se manteve positivo, registrando aproximadamente um montante de US\$ 17,4 bilhões, ainda assim este valor representou um aumento de 4,5% em relação ao segundo trimestre de 2019. Já nas análises para região e estado, o Ceará apresentou forte variação negativa para exportações e contração menor que a nacional para importações, quedas de 30,6% e 13,8% respectivamente. Como o volume de importações do Ceará foi bem maior que o volume de exportações, o resultado foi um saldo negativo na balança comercial, uma baixa de 171,0% quando comparado ao mesmo período de 2019. Em contrapartida, a região Nordeste contabilizou variação negativa menor para as exportações, em comparação com o estado cearense, e acentuado declínio das importações, quedas de 14,7% e 45,1% respectivamente, registrando um superávit de 0,89 bilhões, o que equivale a uma queda de 207,4% em relação ao segundo trimestre de 2019. Para o acumulado do ano, no qual refere-se ao primeiro semestre de 2020, o Brasil e o Nordeste apresentaram saldos positivos de US\$ 21,9 bilhões e US\$ 264 milhões, respectivamente, enquanto o Ceará apresentou um saldo negativo de US\$ 254 milhões.

Tabela 6 – Volume de exportações, importações e saldo da balança comercial (R\$ milhões) – 2º trimestre de 2020 e acumulado em 2020 – Brasil e Estados selecionados (*)

País / região e estado	Exportações		Importações		Saldo		Corrente Comercial	
	US\$ Milhões	Var.%	US\$ Milhões	Var.%	US\$ Milhões	Var.%	US\$ Milhões	Var.%
Brasil								
20T2/19T2	52.857	-9,3%	35.453	-14,8%	17.404	4,5%	88.309	-11,6%
Acumulado do Ano	101.326	-7,4%	79.401	-10,5%	21.925	6,8%	180.726	-8,4%
Acumulado 12 meses	217.261	-7,5%	172.981	-4,5%	44.280	-17,5%	390.242	-6,2%
Nordeste								
20T2/19T2	3.788	-14,7%	2.895	-45,1%	893	-207,4%	6683	-31,2%
Acumulado do Ano	7.577	-5,8%	7.314	-114,4%	264	-114,4%	14891	-16,9%
Acumulado 12 meses	16.417	-10,8%	17.647	-61,4%	-1230	-61,4%	34064	-14,8%
Ceará								
20T2/19T2	397	-30,6%	537	-13,8%	-140	-171,0%	935	-21,8%
Acumulado do Ano	1.121	-15,7%	1.206	-860,5%	-254	-860,5%	2.159	-3,1%
Acumulado 12 meses	2.007	-14,3%	2.466	-405,1%	-369	-405,1%	4.563	-4,4%

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: NUPE/UNIFOR.

Nota: (*) Variação do acumulado de janeiro/2020 a junho/2020 em comparação com o acumulado para o mesmo período de 2019.

Autores(Alunos):

Alysson Inácio de Oliveira
Catherine dos Santos Rodrigues
Halina Lima Batista de Sousa
Mateus Pereira de Almeida
Max William Oliveira da Veiga Pessoa
Pedro Costa de Castro Ivo



**Universidade
de Fortaleza**

